ISSN 2359-053x

ANO 6 - NÚMERO 84 - OUT 2021

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$15

JOSUÉ DE CASTRO E A DESCOBERTA DA FOME

p. 08

CERRADO

Cerrado: A constelação do meio-dia

p. 18

MEIO AMBIENTE

Amazônia na COP-26: A transição climática invertida

p. 36

UNIVERSO FEMININO

Janis Joplin: Um ponto fora da curva

p. 48

AJUDE A MUDAR A REALIDADE DE CENTENAS DE PESSOAS

SUA DOAÇÃO CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS NAS COMUNIDADES DE BELÁGUA-MA

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE AO LADO E DOE!

SUA DOAÇÃO FAZ TODA DIFERENÇA!

ACESSE:
MOVIMENTOSOLIDARIO.ORG.BR

Movimento Solidário

FENAE APCEF

> **Vontade de mudar as cores do vestido (auriverde) tão feias/ de minha pátria, De minha pátria sem sapatos / E sem meias, pátria minha / tão pobrinha!**
>
> Vinicius de Moraes,
> *Pátria Minha*, Barcelona, 1949,

COLABORADORES/AS - OUTUBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino –** Jornalista. **Anna Maria de Castro –** Professora. **Antônio Carlos Queiroz – ACQ.** Jornalista. **Denize Souza Leite –** Defensora Pública. **Eduardo Galeano –** Escritor *(in memoriam).* **Gilney Viana –** Professor. **Helho (Hélio Bueno) –** Ilustrador. **José Ribamar Bessa Freire –** Professor. **Leonardo Boff –** Ecoteólogo. **Lúcia Resende –** Professora. **Mayalu Kokometi Waura Txucarramãe –** Geógrafa. **Nani (Ernani Diniz Lucas) –** Humorista. **Olga Tessari –** Psicóloga. **Pedro Tierra –** Poeta. **Sol Elizabeth González Pérez –** Bióloga. **Thiago de Mello –** Poeta. **Zezé Weiss –** Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista *(in memoriam)*. **Zezé Weiss –** Jornalista. **Agamenon Torres Viana –** Sindicalista. **Ailton Krenak –** Escritor. **Altair Sales Barbosa –** Arqueólogo. **Ana Paula Sabino –** Jornalista. **Andrea Matos –** Sindicalista. **Ângela Mendes –** Ambientalista. **Antenor Pinheiro –** Jornalista. **Cleiton Silva –** Sindicalista. **Elson Martins –** Jornalista. **Emir Sader –** Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues –** Advogado. **Graça Fleury –** Socióloga. **Iêda Leal –** Educadora. **Iolanda Rocha -** Professora. **Jacy Afonso –** Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira –** Sindicalista. **Júlia Feitoza Dias –** Historiadora. **Kleitton Morais –** Sindicalista. **Kretã Kaingang -** Líder Indígena. **Lucélia Santos –** Atriz. **Maria Maria -** Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima –** Jornalista. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto -** Diplomata. **Trajano Jardim –** Jornalista.

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Na quarta-feira, 22 de setembro, quando comecei a preparar esta edição 84 da nossa Rwevista Xapuri, o Jornal EXTRA estampou na capa a imagem visceral das consequências deste retrocesso injusto e cruel: a foto de um caminhão, cercado por dezenas de pessoas garimpando ossos e pelancas de carne, no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro, chocou o país.

Milhares de pessoas, incluindo intelectuais e políticos, postaram mensagens de protesto nas redes sociais. O senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco, citou o conteúdo da reportagem, publicada com o título "A Dor da Fome", na CPI da Covid, no Senado da República.

O caminhão de ossos da Glória parece ter, enfim, mexido com os brios de uma sociedade que colhe os resultados da dupla tragédia do golpe de 2016 e das eleições de 2018: um Brasil onde 116,8 milhões de pessoas sofrem com algum grau de insegurança alimentar; 43,3 milhões não têm acesso suficiente a alimentos; e 19,1 milhões, literalmente, passam fome, conforme levantamento feito pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede Penssan, no ano de 2020.

Defini (ai, Jaime, que falta que você me faz numa hora dessas) que a capa deste mês seria sobre a fome. Andava eu na pesquisa quando Leonardo Boff publicou no site dele (www.leonardoboff.com.br) um texto primoroso de Ana Maria de Castro sobre seu pai: "Josué de Castro e a descoberta da fome". Juntei alguns tristes dados da desigualdade e da fome e pronto, nasceu nossa matéria de capa!

Outras matérias foram chegando, sobre o Cerrado e sua "constelação do meio-dia", a primavera das mulheres indígenas para reflorestar mentes em Brasília, a transição climática invertida da Amazônia na COP-26, todas elas contribuições generosas e voluntárias dessa gente linda que escreve bonito e faz a Xapuri acontecer.

Tudo isso e muito mais, como diria o Jaime. Agora é com você. Bom proveito e boa leitura!

Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Obrigado pelo envio do livro do Marighella, gostei muito do material!
Benedito Carneiro – Campinas – SP

Gratidão, fico sempre aguardando ansioso a próxima edição da Revista Xapuri.
Celso Caldeira – Formosa – GO

Usei minha camiseta para vacinar. É linda!
A malha é muito boa! Parabéns pelo trabalho de vocês.
Cristina Magela da Silva – Jacarepaguá – RJ

Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri
@mateusrauber

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 84 OUT 21

08 **CAPA**
Josué de Castro e a descoberta da fome

21 **HISTÓRIA SOCIAL**
Eu vi ele e vi que ele me via

15 **BIODIVERSIDADE**
Mutum-Pinima

22 **CONJUNTURA**
A esquerda do século XXI é antineoliberal

18 **CERRADO**
Cerrado: a constelação do meio-dia

24 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Jalapão: a negação de direitos quilombolas como um projeto de racismo institucional

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 **HOMENAGEM**
Canção para os fonemas da alegria

28 **GASTRONOMIA**
Bolo de fubá cremoso

30 **MULHERES INDÍGENAS**
Primavera indígena: mulheres indígenas ocupam Brasília para reflorestar mentes

33 **MITOS E LENDAS**
Boiuna

36 **MEIO AMBIENTE**
Amazônia na COP-26:
A transição climática invertida

38 **POLÍTICA**
Ai de ti, Haiti, sangrado coração

41 **COMPORTAMENTO**
Depois da pandemia

42 **QUESTÃO AGRÁRIA**
15 anos da moratória da soja: a mágica de dados que fez o agronegócio crescer e a floresta desaparecer

46 **SAGRADO INDÍGENA**
Palavras escritas sobre o mal da malária

46 **SAÚDE**
Mosquirix: vacina contra a malária!

46 **UNIVERSO FEMININO**
Janis Joplin: um ponto fora da curva

JOSUÉ DE CASTRO E A DESCOBERTA DA FOME

Ana Maria de Castro, com introdução de Leonardo Boff

Foto: divulgação/ Francisco Alves

Como poucas vezes em nossa história, a fome grassa aos milhões em nosso país, no contexto da intrusão do coronavírus. Josué de Castro foi o mestre que inaugurou em âmbito nacional e internacional o tema-tabu da fome.

Sua filha Ana Maria de Castro resume a trajetória e as ideias de seu pai sobre a fome, que não é natural, nem querida por Deus, mas é fruto de políticas de exclusão a que um Estado, ocupado pela classe dominante, submete grande parte da população.

Seu clássico "A Geografia da Fome" mostrou seu caráter humano e social. Não se trata da geografia física, mas da geografia humana e política, como exemplarmente o mostrou um de seus seguidores, mundialmente conhecido, Milton Santos.

Hoje a fome do Brasil é pecaminosa, injusta e cruel. Somos como país um dos maiores produtores de alimentos e de proteínas. Mas esta produção não se destina a matar a fome da nossa população.

A maior parte dela vai para a exportação, até para, como é o caso da soja, servir de alimento para os bovinos na China. Neste contexto da fome generalizada neste país, vale resgatar as reflexões críticas e inspiradoras de Josué de Castro (ele também cassado pela insensibilidde dos militares de 1964).

Elas são um anúncio de suas origens políticas, da vontade humana excludente e acumuladora de riqueza e uma denúncia destes mesmos mecanismos atualmente ainda vigentes e aprofundados.

O MST, o maior produtor de arroz orgânico do Brasil e da América Latina e um dos maiores doadores de alimentação agroecológica para as periferias famélicas de nossas cidades, recolheu e divulgou o presente texto.

Leonardo Boff

Por essas razões, a situação do Cerrado atualmente se assemelha ao fenômeno conhecido em neurologia como dor fantasma. As pessoas que são vítimas desse mal sofrem um duplo infortúnio. Elas, que perderam um membro, ou uma extremidade deste, sofrem dores às vezes muito intensas, como provenientes do membro que já não têm mais.

No contexto em que a fome e a miséria persistem como resultado de uma cruel concentração de renda, de poder e da propriedade, a obra e as propostas de Josué de Castro devem continuar a ser lidas e estudadas.

Josué de Castro foi uma destas figuras marcantes de cientista que teve uma profunda influência na vida nacional e grande projeção internacional nos anos que decorreram entre 1930 e 1973, data de seu falecimento em Paris. Ele dedicou o melhor de seu tempo e de seu talento para chamar a atenção para o problema da fome e da miséria que assolavam e que, infelizmente, ainda assolam o mundo.

Nascido no Recife, cidade do Nordeste brasileiro,

lá, ainda nos primeiros anos de vida, teve contato com o objeto de seus trabalhos de cientista e de escritor – o problema da fome. Seus livros mais importantes sempre mantiveram o rigor científico e a verve do romancista, desejo guardado em seu íntimo. Josué de Castro sempre admirou os escritores capazes de contar dos homens e das coisas dos homens com uma linguagem universal, melhor do que os cientistas.

Assim é que, ao escrever seu principal livro, a Geografia da Fome, dedicou-o a dois escritores, Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, romancistas da fome no Brasil. A obra também é dedicada à memória de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, sociólogos da fome no Brasil.

Anos antes, junto com Cecilia Meirelles, havia escrito *A Festa das Letras*, uma cartilha de alimentação. Tentou desenvolver seu gosto pela literatura ao editar, em 1935, a obra *Documentário do Nordeste*. Entre os contos então publicados, encontra-se o "Ciclo do Caranguejos", que só mais tarde desenvolveu como uma novela sob o nome de Homens e Caranguejos.

Nestes escritos descreve a fome como fenômeno social: "o tema deste livro é a história da descoberta da fome nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife. Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o problema da fome. Esta se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis

da cidade do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejos, pensando e sentindo como caranguejos".

Estas imagens de infância e o exercício da medicina foram fundamentais na trajetória científica de Josué de Castro. Nos idos de 1935, ao coordenar o inquérito sobre as condições de vida da população do Recife, já era evidente que as velhas e insustentáveis teorias, falsas interpretações, deploráveis preconceitos raciais e climáticos, bem como o Malthusianismo praticado em detrimento das populações subdesenvolvidas, precisavam ser substituídos. A fome não podia continuar a ser tratada como um tabu, matéria proibida da qual ninguém se atrevia a falar, senão com circunlóquios que desfiguravam a realidade.

Ao escrever a *Geografia da Fome*, afirmava que a fome não era um problema natural, isto é, não dependia nem era resultado dos fatos da natureza – ao contrário, era fruto de ações dos homens, de suas opções, da condução econômica que davam a seus países.

Antes deste inquérito pioneiro, cuja conclusão indicava que o grande mal dos operários da fábrica que servira de modelo para o trabalho não era doença, mas a fome, Josué já produzira expressivos trabalhos como *Problemas da alimentação no Brasil*, *Alimentação e Raça*, *A Alimentação à Luz da Geografia Humana* e a Geografia da Fome, que recebeu, em 1946, o Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras.

Mesmo em pleno pós-guerra – imaginemos o Brasil com suas bibliotecas desatualizadas, sem computador, sem internet, portanto, não dispondo de todo o instrumental de que dispõem hoje os estudiosos – Josué não se omitiu: a realidade da fome era tão forte e o mal que causava era de tamanha magnitude que ele não podia deixar de se empenhar para enfrentar os preconceitos que encobriam tal calamidade. A partir daí,

A DOR DA FOME

No Brasil de 2021, 116,8 milhões de pessoas sofrem com algum grau de insegurança alimentar; 43,3 milhões não têm acesso suficiente a alimentos; e 19,1 milhões, literalmente, passam fome, conforme levantamento feito pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede Penssan, no ano de 2020.

O aumento da fome no Brasil foi impactado pela pandemia, como em outros países, mas não é só efeito da Covid-19. A insegurança alimentar brasileira já vinha se agravando desde o golpe de 2016, bem antes do coronavírus.

O alastramento da miséria no Brasil é consequência do desmonte ou do fim dos programas sociais de inclusão social e da defasagem na cobertura e nos valores do programa Bolsa Família. Essa ação deliberada de descaso e omissão viola o direito social à alimentação, garantido pela Constituição de 1988.

Os dois governos pós-golpe de 2016 fizeram o dever de casa para trazer a fome de volta: desidrataram o Programa de Aquisição de Alimentos; extinguiram o Programa de Cisternas; acabaram com os estoques estratégicos de grãos; paralisaram a Reforma Agrária; descontinuaram os programas de redistribuição e garantia de renda básica, conforme pesquisa de Maurício Falavigna.

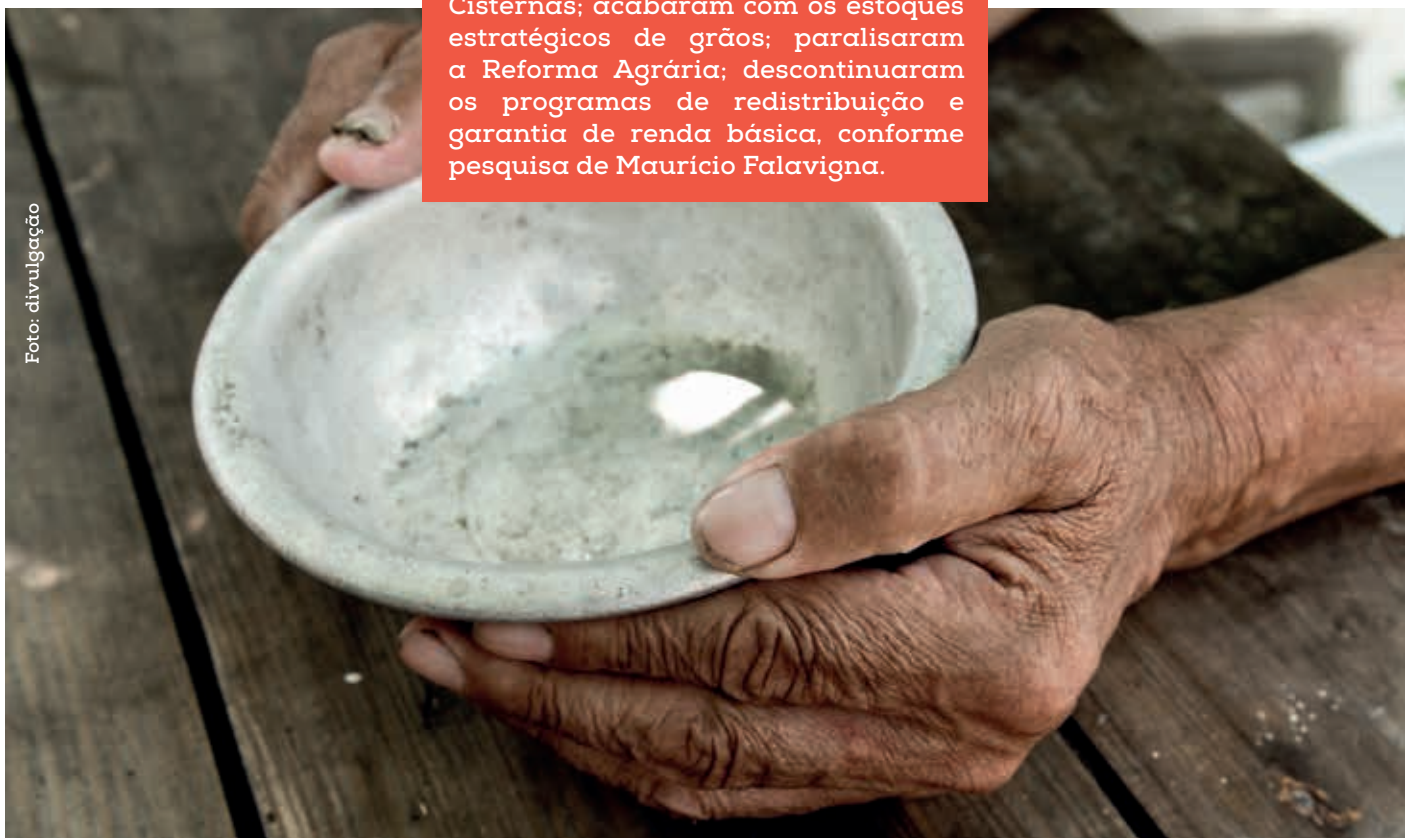


Foto: divulgação

procurou com os meios de que dispunha estudar este, ainda hoje, fenômeno universal.

Ao escrever a *Geografia da Fome*, afirmava que a fome não era um problema natural, isto é, não dependia nem era resultado dos fatos da natureza – ao contrário, era fruto de ações dos homens, de suas opções, da condução econômica que davam a seus países. Incompreendida à época, esta afirmação foi ganhando força ao longo do tempo e tem sido objeto de importantes abordagens por pensadores brasileiros e estrangeiros.

Frei Betto, um dos idealizadores do Programa Fome Zero, em entrevista concedida ao jornalista pernambucano Vandek Santiago, autor do livro *Josué de Castro o gênio silenciado*, afirmou: "as obras de Josué tiveram o mérito de quebrar o tabu em torno do tema da fome. Provaram que ela não é uma consequência do clima do Nordeste e desmistificaram que a fome é castigo de Deus. Ele, Josué, foi o primeiro a mostrar a fome como questão política".

No mesmo livro, João Pedro Stédile, líder nacional do MST, pontua sobre a obra de Josué : "a fome é parceira e consequência da pobreza e da falta de distribuição de renda. Não é por falta de produção de alimentos; esse tema não é tabu, é um problema de poder político. De dominação de classe".

Mais adiante, na mesma entrevista, esclarece sobre o autor da *Geografia da Fome:* "ele foi um dos maiores pensadores brasileiros do século 20. Por sua formação científica ampla, de médico, biólogo e geógrafo, conseguiu nos dar uma leitura correta das causas e das raízes dos problemas brasileiros relacionados com a pobreza e fome".

O médico pernambucano Jamesson Ferreira Lima, amigo e contemporâneo de Josué, em texto integrante de livro que coordenei sobre os últimos textos de meu pai *Fome, um Tema Proibido* abordou de maneira esclarecedora o pensamento de Josué, acrescentando novo viés: "a origem de seu trabalho acarretou mudança de perspectiva. Inicialmente, pensava-se que a fome era um problema natural, irremediável, ligado à seleção e competição vitais, um dos caracteres da condição humana.

Foi a cidade do Recife em que nasceu, localizada no Nordeste brasileiro, com um terço da população vivendo miseravelmente, em subemprego e/ou desemprego, atingida pela economia, a monocultura da cana de açúcar – um fenômeno artificial – e de secas periódicas, que lhe propiciou a consciência da fome e do subdesenvolvimento."

A publicação deste importante livro assinalou o ponto de maior amadurecimento de suas reflexões sobre a fome. Enfrentando o problema sem subterfúgios, não temeu em afirmar "uma das características dos países subdesenvolvidos é que a maioria padece de fome" e procurou demonstrar que o problema é fruto de distorções econômicas. Ou seja, a fome é um fenômeno artificial criado pelo homem, ou mais precisamente por certo tipo de homem.

Manifestava ainda toda sua indignação ao declarar que: "o maior absurdo de nossa sociedade é termos deixado morrer centenas de milhões de indivíduos de fome num mundo com capacidade quase infinita de aumento de sua produção e que dispõe de recursos técnicos adequados à realização deste aumento".

Enfatizava dramaticamente em sua obra, lembrando escritores que apreciava: "não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos em sua pele, que a fome aniquila a vida do sertanejo, mas também atuando sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social.

Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela fome, fustigados pela imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários exaltam-se e o homem como qualquer outro animal esfomeado apresenta uma conduta que pode parecer a mais desconcertante".

Josué foi um cientista de múltiplos saberes. Médico, na origem de sua formação, como consequência de suas pesquisas logo compreendeu que necessitava estender seus conhecimentos a

GEOGRAFIA DA FOME

Passa-se mais fome no Norte – 18,1% dos domicíllios, e Nordeste – 13,8%, do que em outras regiões. Nas outras regiões do país, os percentuais não chegam a 7%, ficando abaixo da média nacional de 9%.

No campo, a situação é mais ainda mais crítica – a fome alcançou 12% dos domicílios na área rural, contra 8,5% em área urbana. Sofre mais quem tem menos acesso à água: a fome dobra, passando de 21,1% para 44,2%, quando as famílias não têm água para produzir o próprio alimento.

Mas não são só os mais pobres que foram impactados pela insegurança alimentar durante a pandemia. Comparando os dados do IBGE de 2018 e 2020, a Rede Penssan registra que a proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar leve quase dobrou, passando de 20,7% para 34,7%.

Ou seja, a classe média também não é mais poupada dos efeitos da fome.

Foto: divulgação

FOME ZERO

O Progama Fome Zero, criado em 2003, no primeiro ano do mandato do presidente Lula, é considerado até hoje pela ONU um dos programas de combate à fome mais bem-sucedidos no mundo todo.

Combinado com as políticas de valorização do salário mínimo e de distribuição de renda, como o Bolsa Família, o Fome Zero fincou as raízes da política de Estado que retirou o Brasil do Mapa da Fome em 2014.

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Bolsa Família, também implantado por Lula, em uma década e meia reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%.

Segundo o Ipea, o programa conseguiu controlar os casos mais graves de insegurança alimentar e, pela primeira vez na história do Brasil, a fome deixou de ser uma tragédia nacional.

outros ramos científicos, assim a geografia, a sociologia, o estudo do meio ambiente, foram ganhando espaço em sua biblioteca e em sua mente. Por conta destes estudos é o que entendeu, quando escreveu a *Geografia da Fome*, que o melhor método para analisar este fenômeno presente em nossa sociedade liberal capitalista seria o contido na geografia humana.

"Resolvemos encarar o problema de uma nova perspectiva de um plano mais distante, de uma visão de conjunto, destacando de maneira mais compreensiva as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores. O uso do método geográfico, único método que, a nosso ver, permite estudar o problema na sua realidade total, não o uso do método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo que se corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de La Blanche, Criffith Taylor e tantos outros."

E, mais adiante, afirma "neste ensaio de natureza ecológica, tentamos, portanto, analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos ligados a determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado, descobrir as causas naturais e as causas sociais que determinaram o seu tipo de alimentação, com

suas falhas e defeitos característicos e, de outro lado, procuramos verificar até onde esses defeitos influenciam a estrutura econômico social".

A decisão de escolher o método geográfico para a estrutura da obra foi, sem dúvida, parte importante para seu êxito ao longo dos anos. Além da originalidade, influenciou novas pesquisas e até ajudou a formar outros importantes cientistas brasileiros, como, por exemplo, o consagrado Milton Santos, geógrafo brasileiro de projeção internacional, autor de expressivas obras científicas que, em longa entrevista concedida a Marina Amaral, entre outros intelectuais, a propósito de sua formação esclarecida, diante de uma indagação: "o que levou o senhor à geografia era mais conhecimento físico ou sociológico?", respondeu: "Sociológico. Desde menino, a noção de movimento me impressionava, ver as pessoas se movendo. Também um fato muito importante no Ginásio, o livro de texto era a *Geografia Humana,* de Josué de Castro, era uma espécie de história contada através do uso do planeta pelo homem, aquilo me impressionou". Mais adiante, na mesma entrevista: "o livro *Geografia da Fome* também o influenciou?", indaga o entrevistador. "Muito", responde Milton.

"Esse, vamos dizer assim, aprendizado da generosidade que aparece em Josué de Castro, e essa vontade de oferecer uma interpretação não conformista, isso cala no espírito do menino, do jovem, essa vontade de buscar outra coisa. Acho que teve sobre mim uma influência extremamente grande."

Josué de Castro teve a ousadia de sonhar com um mundo onde não houvesse fome de alimentos, de conhecimento, de liberdade, onde não se ocultasse a verdade e onde todos os problemas pudessem ser discutidos. Pagou um alto tributo pela ousadia.

Em 1964, aos 56 anos Josué de Castro, embaixador do Brasil junto aos Órgãos Das Nações Unidas, em Genebra, teve seus direitos políticos cassados. Interrompia-se, pelo arbítrio, a

Foto: divulgação

Foto: divulgação

profícua atividade intelectual do humilde médico brasileiro que aos 21 anos iniciara sua carreira no Recife e chegara a ser representante de seu país.

Lamentavelmente, a fome continua a ser um problema mundial e também no Brasil. Entre nós, a fome e a miséria persistem como resultado de uma cruel concentração de renda, de poder e da propriedade que provoca um imenso abismo entre ricos e pobres.

É certo que, ao longo do tempo, nos anos compreendidos entre 2003 e 2015, o Brasil soube construir sólidas políticas de inclusão social que foram responsáveis por nossa saída do mapa da fome mundial. Entretanto, a não continuidade destas medidas e até o abandono de muitas delas nos fizeram retornar à infamante situação de integrante do rol de países que têm parte importante de sua população passando fome.

Não hesito em afirmar: Josué de Castro deve continuar a ser lido e suas propostas estudadas.

Anna Maria de Castro é professora titular da UFRJ (aposentada) e livre-docente em sociologia aplicada. Algumas de suas obras: *Introdução ao pensamento sociológico*; *Nutrição e desenvolvimento – análise de uma política* e *Fome, um tema proibido*. É pesquisadora convidada da Cátedra J. Castro/USP (Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis).

Leonardo Boff é teólogo e filósofo. Matéria publicada originalmente no site www.leonardoboff.com.br.

Os quadros-caixa foram organizados por **Zezé Weiss** para o *podcast* "Seguir Esperneando", da Lucélia Santos, em parceria com a Revista Xapuri, veiculado em 05/10/2021.

MUTUM-PINIMA

Helho e Nani

Mutum, defenda a sua raça com raça
Antes que não sobre nenhum.
Pinima é birra, é pirraça.
Pirrace você para viver, Mutam
Pirrace, Mutum-Pinima,
Mutum-Pirraça.

Mutum-Pinima (Crax fasciolata pinima).Tem 83 cm. Chega a pesar 2,8 kg. Vive nas matas, podendo aparecer durante o dia nas praias. Alimenta-se de frutas, insetos, minhocas etc. Está restrito ao Pará e ao Maranhão.

Helho (Hélio Bueno), ilustrador e escritor, em Desextinção, Fundação Rio-Zoo – Thex Editora, 1997.

Nani (Ernani Diniz Lucas), humorista e escritor, em *Desextinção*, Fundação Rio-Zoo – Thex Editora, 1997. Faleceu em 08/10/2021, vítima da Covid-19.

Foto: divulgação

CONTRA A FOME, CONTRA A CARESTIA E PELA DEMOCRACIA A CATEGORIA BANCÁRIA FOI ÀS RUAS!

Kleytton Morais

Foto: divulgação/ Scarlett Rocha

Outubro começou com o povo na rua. No dia 2, o movimento brasileiro foi às ruas protestar contra a crise sanitária da Covid-19, contra a carestia e contra a fome, que se alastra pelo Brasil, depois de termos consequido sair do Mapa da Fome da ONU em 2014.

Em mais de 250 cidades brasileiras e em vários pontos do planeta, milhares de pessoas protestaram contra Bolsonaro, em manifestações organizadas por partidos políticos, centrais sindicais e movimentos sociais.

Ampliou-se o movimento contra Bolsonaro. Além da CUT, centrais sindicais das mais variadas orientações estiveram presentes, assim como 21 partidos políticos. A participação da categoria bancária foi ativa nos atos do Fora, Bolsonaro.

Também estiveram presentes organizações sociais como Direitos Já, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, Acredito, UNE, Coalização Negra por Direitos e outros movimentos.

BOLSOCARO

O #ForaBolsonaro do dia 2 de outubro foi contra a disparada de preços, contra a carestia e contra a fome que hoje dói no estômago de 19 milhões de brasileiros e brasileiras.

"Bolsocaro" foi a palavra gritada no 2 de outubro com mais insistência. Rimava com o custo caro do botijão de gás, acima de 100 reais em diversas cidades, a alta dos alimentos e bens de primeira necessidade.

O desemprego é o pano de fundo de uma conjuntura que só se agrava com o passar do tempo. Não bastasse tudo isso, Bolsonaro ataca diariamente os direitos trabalhistas, as empresas e os bancos públicos e também ataca a democracia.

Por tudo isso, a categoria bancária foi às ruas. Para que isso passe logo, a categoria bancária não vai sair das ruas!

Kleytton Morais - Líder Sindical. Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília.

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

CERRADO: A CONSTELAÇÃO DO MEIO-DIA

Dedicado ao jornalista Jaime Sautchuk

Altair Sales Barbosa

Foto: Altair Sales Barbosa

Podemos afirmar que até o ano de 1950 o Cerrado se nos apresentava ainda de forma intacta, com todos os seus matizes, e cobria de forma continua mais de 2 milhões de quilômetros quadrados do território nacional, abrangendo terras do oeste da Bahia, noroeste e norte de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Piauí, parte do Maranhão, Mato Grosso do Sul e grande parte de Mato Grosso.

De forma descontínua, esse ambiente poderia ser ainda encontrado nos tabuleiros do Nordeste, em Rondônia e na Chapada Diamantina, na Bahia. Era um sistema em equilíbrio, onde seus variados subsistemas interdependentes, flora, fauna, solo, recursos hídricos, processos atmosféricos e outros nos maravilhavam a visão, como se fosse uma grande constelação, numa noite sem luar.

Porém, os processos surgidos pós segunda guerra mundial, para aproveitamento da grande quantidade de produtos químicos e sucatas de diversos tipos de maquinários, mangueiras, canos , motores diversos, caminhões, aviões, tratores ou tanques, que pudessem ser adaptados e aproveitados, incentivaram a criação de centros de pesquisas em países que funcionaram como cobaias (México, Ceilão e Brasil), para aproveitar esses restos que a guerra legou e transformá-los em insumos agrícolas que pudessem ser aplicados em grandes extensões de terras, geralmente improdutivas, do ponto de vista da economia mundial, e torná-las produtivas.

Dessa forma, o primeiro clarão se voltou para as terras iluminadas do Planalto Central Brasileiro. Os mecânicos e engenheiros logo fizeram as adaptações necessárias e mostraram utilidades para suas novas peças. Com os motores, canos, mangueiras, criaram sofisticados sistemas de irrigação, pois a água era abundante. Com os veículos militares, criaram possantes tratores e, com outras sucatas, criaram grandes e encorpadas correntes que, junto com máquinas pesadas, operaram milagres, no que se refere à retirada das vegetações nativas de porte arbóreo.

Os pesquisadores das áreas da agronomia, química, biologia, com muito brilhantismo transformaram os produtos químicos em adubos, inseticidas, herbicidas etc. Descobriram que seria necessário diminuir a acidez do solo, mas como a região tem muito calcário, nas vizinhanças, essa foi uma tarefa fácil.

Não tão fáceis foram os estudos e pesquisas para criarem mecanismos adaptativos para plantas exóticas, com possibilidades de se ajustarem às exigências ecológicas de um novo ambiente. Mas, com centros de excelência criados e muito recurso do capital internacional e nacional, os pesquisadores logo mostraram suas habilidades para resolver esses problemas e rapidamente encontraram as soluções. E com muita mecanização, insumos e água em abundância, os frutos da grande produção surgiram.

Infelizmente, o brilhantismo dos pesquisadores só cintilava em um olho, aquele que vislumbrava a produtividade. O olho do conhecimento global do ambiente esteve sempre fechado. Este fato restringia ao pesquisador a possibilidade de ver a realidade como um sistema dinâmico, cujas partes devem estar em constante interação de equilíbrio, para evitar as entropias, pois estas, uma vez desencadeadas, podem provocar situações incontroláveis. Não vislumbraram sequer a preservação das áreas estratégicas, como aquelas ligadas às recargas dos aquíferos.

Entretanto, quem tem muito quer sempre mais; então, os detentores dos meios de produção exigiram dos governantes a criação de suporte de infraestrutura, surgiram estradas, postos de abastecimento e serviço, que da noite para o dia se transformaram em grandes polos urbanos, Chapadão do Céu em Goiás; Chapadão dos Gaúchos, em Mato Grosso do Sul; Sinop, em Mato Grosso; Lucas do Rio Verde, também em Mato Grosso; Roda Velha, Rosário do Oeste, Luiz Eduardo Magalhães, todos no oeste da Bahia. Isso, sem contar os povoados existentes, que logo explodiram em municípios, com economias altamente dinâmicas e absenteístas.

Quando esse clarão irradiante bateu pela primeira vez nos locais abençoados dos chapadões centrais da América do Sul, algumas das estrelas que formavam a constelação do Cerrado começaram a desaparecer. As primeiras foram as gramíneas e plantas herbáceas pequenas, que revestiam as inúmeras campinas, locais geralmente situados em áreas planas, com mais de 850 metros de altitude.

Depois atiraram ao chão as plantas arbóreas de cerrado e de cerradão, utilizando-se de correntes atreladas a possantes tratores. Caíram pequizeiros, mangabeiras, jatobazeiros-do-campo, cagaiteiras, baruzeiros e tantas outras plantas arbóreas que eram impossíveis de serem identificadas e quantificadas. Muitas viraram carvão, pelo alto teor de sílica, para serem utilizadas nas grandes siderúrgicas do Sudeste.

As matas subúmidas ombrófilas, também chamadas terras de cultura, em razão da fertilidade do solo, foram os locais onde se instalaram as primeiras grandes fazendas da região; cobiçadas desde os primórdios, só restam resíduos ou relictos.

Além dos solos de boa fertilidade, seus recursos madeireiros, usados na indústria de móveis e nas construções, eram também bastante cobiçados. E assim se foram aroeiras, angicos, gonçalo-alves, jequitibás, jatobás-da-mata, paus-pereira, ipês e um infindável rosário de espécies endêmicas. As matas ciliares, com o tempo, tiveram o mesmo destino; as veredas, no início preservadas, viraram também frutos da cobiça, porque representaram perigos, pela presença de pequena quantidade de gado pertencente aos posseiros, que se constituíam em ameaças para o grande latifúndio.

Foto: Altair Sales Barbosa

Assim, essas estrelas, que formavam uma constelação ecossistêmica, foram desaparecendo. A extinção da flora, que constitui o ápice angular e temporal da evolução, trouxe a extinção de outros elementos, desde os atmosféricos, litosféricos, hidrosféricos e biosféricos. Estes também foram ou estão paulatinamente desaparecendo, alguns já desapareceram para sempre, outros, só dependem da seta do tempo.

A resposta para a configuração dessa situação reside em vários pontos. Mas, se quisermos ser muito elementares, poderíamos simplesmente dizer que essa realidade resulta do modelo econômico predatório instalado no Cerrado. Porém, isso é óbvio demais para nossa compreensão.

A causa maior e real do problema reside no fato de que as pessoas, que às vezes se acham mais luminosas que os próprios astros celestiais, nunca entenderam que o Cerrado dos chapadões centrais da América do Sul funciona como Sistema Biogeográfico.

É muito mais simples caracterizá-lo como Bioma, conceito trabalhado por Clements, em 1916. Dessa forma, mascaram os conhecimentos e eternamente ficam deitados na rede da ignorância e não precisam se incomodar com a ciência, que a todo momento fica tirando o sossego e obrigando essas pessoas a pensarem continuadamente.

Quanto o conceito de Bioma foi criado, nem se imaginava a teoria da Tectônica de Placas, cuja comprovação, a partir da década de 1960, veio revolucionar todos os conceitos que a humanidade tinha até então sobre os ambientes terrestres e marinhos, possibilitando uma visão holística dos fenômenos ambientais e ressaltando a ideia da temporalidade.

Com os conhecimentos gerados pela Tectônica de Placas, a Terra não poderia mais ser olhada como um Planeta imutável, cujos continentes e bacias oceânicas permaneciam fixos ao longo do tempo.

Em vez disso, os pesquisadores começaram a ver a Terra como um planeta integrado e dinamicamente mutável. Dentro dessa perspectiva, não é possível entender o Cerrado sem a devida compreensão da gênese e evolução de suas bacias de sedimentação geológica, como são os casos da bacia geológica do Paraná, da bacia geológica do Bambuí, da bacia geológica do Maranhão Parnaíba.

A não compreensão dos fenômenos que originaram a formação dessas bacias restringe a possibilidade de entendimento dos recursos hídricos do Cerrado, tanto em nível de superfície como em nível subterrâneo. Restringe também o entendimento da dinâmica de cada curso d'água e de suas inúmeras interações com outros fatores componentes do Sistema.

Por outro lado, a teoria da Tectônica de Placas reforçou vários outros conhecimentos, como a dinâmica das correntes de convecção, que não só afeta o relevo, mas é capaz de mudar a temperatura das águas oceânicas que, por sua vez, afetam as correntes marinhas, que influenciam as correntes aéreas, modificando a composição de umidade dessas. Trouxe também o conhecimento de correntes oceânicas profundas, como a Corrente da Groenlândia, que se desloca lentamente e, por onde passa ciclicamente, altera a dinâmica das correntes marinhas que, como já foi dito, traz consequências climáticas.

A teoria da Tectônica de Placas trouxe ainda conhecimentos sobre fenômenos como *El Nino* e *La Nina*, relacionando-os com os efeitos da rotação da Terra e os movimentos dos ventos oriundos do Leste, bem como suas ações nos fatores climáticos das faixas tropical e subtropical do planeta.

Também é importante ressaltar os avanços científicos oriundos da teoria da Tectônica de Placas e sua interação com a teoria de Sistemas, trabalhada pela Física Quântica, explicitando dados sobre a teoria do Caos, os conceitos de seta do tempo, dos equilíbrios e desequilíbrios, da irreversibilidade, do efeito borboleta, dos fractais e assim por diante. Elementos estes que são fundamentais para se entender a globalidade de um Sistema Biogeográfico, como é o Cerrado.

Alia-se a esses fatos o advento das Etnociências, fenômeno recente dentro do nosso conhecimento, sabido e valorizado por poucos. A Etnociência vem promovendo a integração de saberes de muita utilidade para alargar os conhecimentos sobre a globalidade.

Integrando-se saberes tradicionais com saberes ditos acadêmicos foi possível o advento da Etnobotânica, da Etnozoologia, da Etnomusicologia e outros campos, fato que tem contribuído muito para que possamos repensar soluções para determinados problemas, vistos de outras posições.

Portanto, apelidar o Cerrado de bioma é tentar mascarar seus níveis de degradação.

Altair Sales Barbosa - Sócio-Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Pesquisador do CNPq. Pesquisador Convidado da Universidade Evangélica de Goiás. Presidente do Instituto Altair Sales. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

EU VI ELE E VI QUE ELE ME VIA

Eduardo Galeano

Em Memória de Che Guevara

Em 1967, quando Che Guevara jazia na escola de La Higuera, assassinado por ordens dos generais bolivianos e por seus mandantes distantes, uma mulher contou o que havia visto.

Ela era uma a mais, camponesa entre muitos camponeses que entraram na escola e caminharam, lentamente, ao redor do morto:

– *A gente passava por ali e ele olhava para a gente* – disse. *A gente passava e ele olhava. Ele sempre olhava para a gente. Era muito simpático.*

Eduardo Galeano – Escritor Revolucionário, em *Os Filhos dos Dias*, Editora L&PM, 2ª edição, 2012.

À ESQUERDA DO SÉCULO XXI É ANTINEOLIBERAL

Emir Sader

Foto: divulgação/ Roberto Parizotti

Estamos lutando hoje no Brasil em dois níveis. No primeiro deles, pela derrubada do Bolsonaro, numa luta democrática em que cabem todos os que estejam hoje contra o Bolsonaro, sem importar que posições tiveram no passado, nem os graus de responsabilidade que tiveram pela chegada do Bolsonaro ao governo.

Não temos que estabelecer nenhum tipo de acordo formal, basta caminhar separados e bater juntos no Bolsonaro. Qualquer posição de cobrar o passado, que exclua – inclusive com o uso da força física – aos tucanos, por exemplo, é uma posição sectária. O que não os exime de suas responsabilidades no golpe contra a Dilma, na exclusão do Lula das eleições de 2018, na eleição do Bolsonaro.

Mas queremos e precisamos de todos que estejam contra o Bolsonaro para poder derrotá-lo e a todos os que ainda estão com ele, inclusive parte do empresariado e dos militares. Não é uma luta fácil, precisamos isolá-los e construir uma frente muito ampla, que expresse o desejo e os interesses da grande maioria dos brasileiros.

Estamos lutando contra um regime autoritário, blindado militarmente, que precisa ser derrotado, para que a democracia plena seja instaurada no Brasil. Os militares se retiraram do primeiro plano da cena política quando a ditadura que tinham instaurado se esgotou, mas não sofreram uma derrota política aberta.

Esta aconteceu na Argentina, depois da tentativa dos militares de usar as Malvinas para recuperaram prestígio. Aconteceu no Chile, quando o Pinochet foi derrotado no referendo de 1988, quando pretendeu poder se candidatar outra vez. Aconteceu no Uruguai, quando duas consultas da ditadura militar para poder privatizar empresas públicas foram derrotadas. Não aconteceu, até aqui, no Brasil.

O resgate da democracia é nosso primeiro plano de luta. Derrubar o Bolsonaro, pelo impeachment ou nas eleições. Empossar um governo democrático no Brasil é condição para o segundo plano da luta.

Este é o da derrota e superação do modelo neoliberal. Na etapa histórica atual, o capitalismo aderiu a esse modelo, desde o modelo anterior, desenvolvimentista ou como queiramos chamá-lo, vigente desde o fim da segunda guerra mundial até por volta do final da década de 1970 e começo da década de 1980.

É um modelo profundamente regressivo, concentrador de renda, promotor das desigualdades sociais, um modelo cuja concepção é a de que se deve mercantilizar a toda a sociedade, segundo a visão de que tudo tem preço, tudo se vende, tudo se compra. É o reino incontestado do dinheiro, da riqueza monetária, é a dominação absoluta dos bancos privados, do capital financeiro e da especulação financeira.

Por isso a esquerda do século XXI é frontalmente antineoliberal. Luta pela derrota dessa visão de mundo e das suas políticas de centralidade do ajuste fiscal no lugar da prioridade das políticas sociais. Pela derrota das políticas de enfraquecimento do Estado, com privatizações do patrimônio público, com corte de recursos para as políticas sociais e corte de servidores públicos.

Lutar contra o neoliberalismo é a forma de lutar contra o capitalismo, na sua etapa histórica atual, centralmente neoliberal. Essa é a luta de fundo que temos, para derrotar o modelo neoliberal, fulcro de todos os retrocessos que sofremos nos anos 1990 e voltamos a sofrer nos últimos 5 anos, razão de fundo do golpe contra a Dilma e da prisão do Lula.

A direita escolheu o Bolsonaro porque era quem tinha mais votos nas pesquisas, para montar a operação que o levou à presidência, para preservar o modelo neoliberal, reimplantado pelo governo Temer e radicalizado com as políticas do Paulo Guedes.

O Brasil só poderá retomar o caminho escolhido pela maioria dos brasileiros em quatro eleições democráticas consecutivas, com o resgate da democracia, com a escolha novamente do presidente do Brasil pelo voto livre de todos os brasileiros.

Para que, desde a democracia, possa substituir o nefasto modelo neoliberal por outro, centrado nos investimentos produtivos, nas políticas de distribuição de renda, para diminuir as desigualdades sociais no país mais desigual do continente mais desigual do mundo.

Nossa luta tática é contra o Bolsonaro, nossa luta estratégica é contra o modelo neoliberal.

Emir Sader
Sociólogo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

Foto: divulgação

JALAPÃO: A NEGAÇÃO DE DIREITOS QUILOMBOLAS COMO UM PROJETO DE RACISMO INSTITUCIONAL

Denize Souza Leite

O quilombo é um avanço,
é produzir ou reproduzir um momento de paz.
Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro.
E, também é recuo se a luta não é necessária.
É uma sapiência, uma sabedoria.
A continuidade da vida, o ato de criar um modelo feliz,
mesmo quando o inimigo é poderoso,
e mesmo quando ele quer matar você.
A resistência.
Uma possibilidade nos dias de destruição.

Beatriz Nascimento

Como legítima tocantinense, apaixonada pelo meu estado, em julho de 2019 estive com minha família no Parque Estadual do Jalapão, que desde a minha última visita, ainda no início dos anos 2000, era uma região pouco conhecida no cenário nacional, mas que tem a presença secular de comunidades tradicionais com ancestralidade africana.

Nesta oportunidade, optamos por conhecer o turismo de base comunitária e ficamos hospedados na Comunidade Quilombola do Prata, comunidade remanescente de quilombo, localizada no município de São Félix do Tocantins, no Jalapão, e que é gerenciada pela Associação dos Extrativistas, Artesãos e Pequenos Produtores do Povoado do Prata.

A comunidade conta com uma estrutura de chalés que foram construídos integrados às casas dos moradores da Comunidade, o que torna para os turistas uma experiência única.

Ficamos no Chalé "Mãe Tico", da Dona Maria do Carmo. O nome é em homenagem a Dona Braulina, matriarca e parteira da comunidade, hoje com mais de 90 anos e que conforme narra "aparou mais de 200 crianças, sem nunca ter morrido uma mulher".

Na oportunidade conhecemos também Dona Aurelina, a "Dona Preta", outra matriarca que com sua família fabrica de forma tradicional deliciosas rapaduras, item regional que dá nome a importante festival cultural que compõe o calendário de atividades da comunidade e região, a "Festa da Rapadura".

Essa modalidade de turismo comunitário, que oportuniza não só a total autonomia das comunidades tradicionais, ao tempo em que é importante fonte de renda e oportunidade, com potencial a ser desenvolvido, encontra-se ameaçado.

Conforme Carta Aberta, publicada em 14 de setembro de 2021, as comunidades quilombolas do Jalapão, e demais entidades apoiadoras, manifestaram "imensa preocupação com a ausência de consulta e diálogo com as comunidades quilombolas e tradicionais durante o processo de aprovação e sanção da legislação que autoriza a concessão de Parques estaduais, entre eles o Jalapão, à iniciativa privada".

Na recém aprovada lei, ficou autorizada a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins e áreas adjacentes, onde está incluído o Parque Estadual do Jalapão, que se sobrepõe ao território de cerca de onze comunidades quilombolas, que também foi aprovado em um processo legislativo, conforme a carta-denúncia, sem a observância ao direito de consulta prévia, livre e informada.

A Convenção 169 da OIT em vigor no Brasil, com status de norma infraconstitucional, determina o dever do Estado de respeitar a autoatribuição das comunidades tradicionais bem como determina devam os governos consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados através de suas instituições representativas, acerca de medidas legislativas ou administrativas, suscetíveis de afetá-Ios diretamente.

E ainda que as consultas prévias sejam realizadas de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento das comunidades envolvidas acerca das medidas propostas.

Conforme denunciam as comunidades afetadas, o processo legislativo que culminou na aprovação da referida lei não seguiu o trâmite legal, por violação à Convenção 169. A rapidez entre a proposição e aprovação de uma lei, com potencial de incalculável impacto para as comunidades quilombolas envolvidas, sem a devida consulta prévia, viola direitos quilombolas, sendo um exemplo de como o sistema político-jurídico-institucional opera em uma sociedade estruturada no racismo.

Milhares de comunidades tradicionais em todo país, passam por situações similares e aguardam, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, por políticas públicas efetivas que culminem na devida identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de forma a garantir o direito quilombola ao território.

O Estatuto da Igualdade racial, a Lei 12.288/2010, reafirmou o direito quilombola de acesso à terra, determinando deva o Estado emitir-lhes os devidos títulos respectivos, bem como desenvolver políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades. No entanto. o que se observa é que, quando estão em jogo interesses econômicos de grandes grupos econômicos, o aparelho burocrático estatal opera com eficiência e celeridade.

Este é o *modus operandi* do racismo institucional. Segundo Silvio Almeida, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas também é o resultado do funcionamento das instituições que, de forma difusa, porém altamente destrutível, confere vantagens, desvantagens e privilégios, de forma a institucionalizar interesses políticos e econômicos a uma classe dominante que é branca. Ou seja, Racismo é uma relação dinâmica de dominação e de funcionamento das instituições.

É o que se verifica quando estruturas oficiais do Estado operam de maneira a privilegiar empresas privadas, dominadas por uma classe social majoritariamente branca, conferindo vantagens mediante processos administrativos e legislativos céleres e sem embaraços, ao arrepio de mecanismos legais de proteção de comunidades tradicionais de outros grupos racializados, colocando-os em desvantagem visível.

E, de outra banda, confere tratamento desigual no andamento dos inúmeros processos de titulação de territórios quilombolas, que sofrem com uma insuperável morosidade burocrática impactada pela ausência de destinação orçamentária adequada para a efetivação de políticas públicas de acesso à terra, que deixa comunidades tradicionais reféns do Estado, suscetíveis a remoções compulsórias e conflitos territoriais com grandes produtores rurais, grileiros e grandes empresas.

Sem a devida consulta prévia, não há possibilidade jurídica de coexistência harmônica de projetos de desenvolvimento sustentável, geridos pela iniciativa privada, com os direitos dos povos e comunidades tradicionais impactados. Sem a definitiva titulação de seus territórios, as comunidades quilombolas são credoras do Estado, que lhes deve a constitucional segurança jurídica.

As comunidades quilombolas são guardiãs de um patrimônio imaterial e cultural e, como nos ensina Beatriz Nascimento, representam um instrumento vigoroso no processo de resistências e possibilidades, de reconhecimento da nossa ancestralidade e identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. Defendê-las deve ser pauta prioritária na agenda nacional antirracista.

Denize Souza Leite é defensora pública do Estado do Tocantins. Membra da Comissão da Igualdade Étnico-Racial da Anadep. Integra o Programa de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Tocantins – Igualdade Étnico Racial e Educação. Matéria publicada no www.geledes.org.br.

Canção para os fonemas da alegria

Thiago de Mello

Peço licença para algumas coisas.
Primeiramente, para desfraldar
este canto de amor publicamente.
Sucede que só sei dizer amor
quando reparto o ramo azul de estrelas
que em meu peito floresce de menino.
Peço licença para soletrar,
no alfabeto do sol pernambucano,
a palavra ti-jo-lo, por exemplo,
e poder ver que dentro dela vivem
paredes, aconchegos e janelas,
e descobrir que todos os fonemas
são mágicos sinais que vão se abrindo
constelação de girassóis girando
em círculos de amor que de repente
estalam como flor no chão da casa.
Às vezes nem há casa: é só o chão.
Mas sobre o chão quem reina agora é um homem
diferente, que acaba de nascer:
porque unindo pedaços de palavras
aos poucos vai unindo argila e orvalho,
tristeza e pão, cambão e beija-flor,
e acaba por unir a própria vida
no seu peito partida e repartida
quando afinal descobre num clarão
que o mundo é seu também, que o seu trabalho
não é a pena que paga por ser homem,
mas um modo de amar – e de ajudar
o mundo a ser melhor. Peço licença
para avisar que, ao gosto de Jesus,
este homem renascido é um homem novo:
ele atravessa os campos espalhando
a boa-nova, e chama os companheiros
a pelejar no limpo, fronte a fronte,
contra o bicho de quatrocentos anos,
mas cujo fel espesso não resiste
a quarenta horas de total ternura.
Peço licença para terminar
soletrando a canção de rebeldia
que existe nos fonemas da alegria:
canção de amor geral que eu vi crescer
nos olhos do homem que aprendeu a ler.

Thiago de Mello – Poeta maior da Amazônia e do Brasil. Poema escrito em Santiago do Chile, no verão de 1964, em homenagem ao método Paulo Freire de alfabetização.

PAULO FREIRE – 100 ANOS
1921 – 2021
Vista essa camisa!
lojaxapuri.info

Foto: Lúcia Resende

BOLO DE FUBÁ CREMOSO

Lúcia Resende

Bolo de fubá é bom. Bolo de fubá cremoso é ótimo! Assim é que dizem por aqui as pessoas que provam esse queridinho da casa.

A receita é simples, de liquidificador, e o resultado é esse bolo macio, em camadas, com sabor de quitanda antiga, de casa de avó.

Pois vamos ao que interessa!

INGREDIENTES

- **4** ovos
- **4** xícaras de leite
- **2** xícaras de açúcar
- **1** pitada de sal
- **1/2** xícara de queijo minas ralado
- **2** colheres de manteiga
- **1** colher de fermento em pó
- **1** xícara de fubá
- **5** colheres de sopa de farinha de trigo

MODO DE FAZER

Coloque no liquidificador os ovos, o açúcar, a manteiga, o leite e bata bem. Acrescente os outros ingredientes, bata rapidamente só para misturar. Coloque em assadeira untada e enfarinhada. Asse em forno pré-aquecido.

Lúcia Resende
Professora
@mluciares

Foto: Kamikia Kisedje

PRIMAVERA INDÍGENA: MULHERES INDÍGENAS OCUPAM BRASÍLIA PARA REFLORESTAR MENTES

Ana Paula Sabino, Mayalu Kokometi Waura Txucarramãe e Sol Elizabeth Gonzalez Perez

A II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas reuniu, entre os dias 7 e 11 de setembro, 4 mil mulheres indígenas na área externa da Funarte, em Brasília, para reflorestar mentes.

Vieram mulheres de mais de 185 povos diferentes, trazendo toda a luta das mulheres indígenas de todo o país, reunindo forças para caminhar juntas.

Dentre as principais pautas estava a luta contra a violência de gênero, o patriarcado e contra a tese inconstitucional do marco temporal, que impacta diretamente a proteção e a autonomia dos territórios indígenas no Brasil.

Ao abordarem a questão da violência de gênero, a atividade foi iniciada com o ritual em memória às meninas indígenas Raissa Guarani-Kaiowá e Daiane Kaingang, adolescentes violentadas e mortas em Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul alguns dias antes de começarem as mobilizações indígenas em Brasília, em agosto de 2021.

"Hoje a gente trouxe esse contexto da violência, iniciando a marcha com uma homenagem póstuma. Não adianta pensar na demarcação de terra indígena se não pensar primeiro esse respeito aos corpos-territórios das mulheres indígenas. Porque tudo inicia ali. Com o marco temporal, é retomado o genocídio, esse feminicídio que no Brasil acontece há quinhentos e vinte anos contra as mulheres indígenas, negras e hoje também com as não indígenas. Uma vez que o Brasil naturaliza a violência como cultura. Então isso tá presente, por isso que a gente precisa tá aqui marchando, por isso que a gente precisa falar", reforça Nyg Kaingang, liderança indígena da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga).

A marcha, que estava prevista para 9 de setembro, precisou ser adiada por questões de segurança, "a decisão tem como objetivo resguardar a vida das mulheres, anciãs, jovens e

crianças presentes, de todas as regiões do país", reforça nota lançada pela Anmiga.

Segundo Shirley Krenak, liderança indígena da Anmiga e coordenadora de segurança da marcha, "nossa função enquanto segurança foi proteger as mulheres indígenas, levando todo esse processo da nossa marcha de uma forma muito positiva, pacífica, não tivemos nenhum problema, não tivemos ninguém passando por problemas no que diz respeito à violência, foi uma marcha totalmente cheia de paz".

Apesar de toda a repressão e das ameaças de ataques com que os bolsonaristas tentaram intimidar as mulheres indígenas, elas resistiram e fizeram um belo evento, o acampamento aconteceu de forma segura, as mulheres puderam seguir com os debates e marcharam com tranquilidade, trouxeram suas vozes à Capital Federal e deixam suas marcas de luta e resistência.

JULGAMENTO SOBRE MARCO TEMPORAL

Com um telão instalado na tenda principal do acampamento, as mulheres indígenas reservaram parte da programação para acompanhar a transmissão da sessão do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), que poderá decidir o futuro das demarcações de terras indígenas em todo o país.

Mais uma vez de maneira frustrante o ministro Alexandre de Moraes pede vista, e o processo precisa ser recolocado na pauta pelo presidente da Corte, Luiz Fux. O regimento interno do STF estabelece um prazo de 30 dias para a devolução do processo sob vista, prorrogável por mais 30.

A Corte, contudo, não prevê sanções em caso de descumprimento do prazo, e é comum que ele seja estendido para além desse período; sendo assim, a data de retorno do julgamento é incerta.

HOMENAGEM DAS MULHERES XAVANTE

A delegação de mulheres Xavante esteve presente com mulheres das regiões de Parabubure, Marechal Rondon, Sangradouro, Marãiwatsédé, São Marcos e Chão Preto e, durante a marcha, elas levantaram com muito orgulho e saudades o nome de companheiras que se foram durante a pandemia: uma é a Isabel e outra, a Pascoalina; ambas tinham histórias de lutas marcantes em defesa do povo Xavante.

"Queremos deixar registrada a ausência daquelas que lutaram conosco, hoje estamos aqui para homenagear", lembrou Samira Xavante, articuladora cultural da aldeia São Gabriel, Terra Indígena Parabubure.

Sendo que a principal reivindicação das mulheres Xavante é em defesa e proteção do Cerrado, elas deixaram registrada a insatisfação em relação aos projetos de agronegócios em terras Xavante. "Nós somos guardiãs do Cerrado, não vamos aceitar a destruição do Ro, não queremos o agronegócio em nossas terras", disse Berenice Toptiro, da associação Warã, Terra Indígena Sangradouro.

Para a cacica Carolina Rewaptu, a maior preocupação é o julgamento sobre o marco

Foto: Ana Paula Sabino

Foto: Kamikia Kisedje

temporal: "não vamos aceitar o marco temporal, sabemos que esse julgamento pode colocar em risco a demarcação das nossas terras, a vida dos nossos filhos e netos também estão ameaçadas" destacou a cacica Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé.

PARTICIPAÇÃO INÉDITA

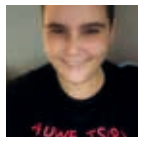
Pela primeira vez, participou da Marcha das Mulheres Indígenas uma delegação de mulheres Kayapó da Terra Indígena Capoto Jarina, localizada no norte de Mato Grosso, no corredor socioecológico do Xingu. O grupo foi liderado por Mayalu Txucarramãe, jovem liderança do povo Mẽbêngôkre-Kayapó, que organizou a participação de pelo menos 20 mulheres dos povos Kayapó, Trumai e Panará.

A Delegação da TI Capoto Jarina acampou durante três semanas em Brasília e, à diferença de outras delegações, as mulheres da TI Capoto Jarina acompanharam também o acampamento Luta Pela Vida e continuaram acampadas até iniciar a II Marcha das Mulheres. Para essas mulheres, a participação foi de grande importância, pois para elas foi uma oportunidade de compartilhar e conhecer experiências sobre as ameaças que sofrem as mulheres de outros territórios.

Para Mayalu, tanto a Luta pela Vida quanto a II Marcha das Mulheres foram "um ensinamento, o pensar no futuro, o marchar, nos organizar e nos fortalecer". Particularmente a Marcha das Mulheres trouxe força e mostrou que a maioria das mulheres tem passado por desafios semelhantes tanto no território quanto nos desafios de ser mulher indígena. Segundo Mayalu, a marcha "Foi um momento de acolhimento e, para estreitar laços, principalmente com as mulheres do seu território, do seu povo, pois pensar o futuro é isso, nos unir na coletividade e seguir a luta que nossos ancestrais nos deixaram, nossa luta é o bem-viver para a humanidade".

A marcha, além de ser um momento de aprendizado para todas as mulheres que estavam ali presentes, foi um momento de união, crescimento, acolhimento, carinho, sororidade e de respeito umas pelas outras. É importante destacar que esse movimento de mulheres foi possível graças à mobilização de diversos apoiadores e doadores que, em conjunto com a Amniga, a Apib e Coiab, ajudaram a Marcha das Mulheres acontecer.

Por fim, a II Marcha das Mulheres foi histórica, pois reuniu a luta de mais de cinco mil mulheres, mães, jovens, rezadeiras, pajés, ativistas e guerreiras que lutam coletivamente pelo bem-viver do planeta.



Ana Paula Sabino – Jornalista. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

Mayalu Kokometi Waura Txucarramãe – pertence ao povo indígena Kayapó e Waura, que vivem às margens do Rio Xingu, localizada em MT. Militante da causa ambiental e indígena, idealizadora do movimento Mẽbêngôkre Nyre da Terra Indígena Capoto Jarina, Geógrafa e secretária Executiva do Condisi/Kaiapó de Mato Grosso.

Sol Elizabeth González Pérez – Bióloga e Doutora em desenvolvimento Socioambiental. Atua com o povo Kayapó desde 2009, é coordenadora de projetos do Instituto Raoni.

Ilustração: divulgação/ Laura Sardinha

Boiúna

Pedro Tierra

Por inteiro, nunca se mostra.
Na madrugada de São Bartolomeu
foi visto o lombo
de escamas verdes
contra a incessante
oficina dos relâmpagos.

Mergulha,
interminável, contam
histórias de pescadores...

Amiga de coriscos,
de tempestades,
alforria ventos cativos
no leito das águas.

Enrodilha anéis
Incontáveis
depois da Ilha de Baixo,
refúgio das tartarugas.

Na barra do Carmo
inventa rebojos,
funis
de tragar canoas
e afogados.

Olhos de fogo verde,
asas de cão
atrofiadas pro ofício
do voo e do mergulho,
cegam os olhos
de quem tenha visto.

Os alucinados anunciam delírios:
revoada de peixes
em feitio de meteoros,
procissão de ventos alforriados,
a rebelião dos rios
arrepiando pras cabeceiras,
toda a desordem
das coisas
obedecendo aos seus desígnios.

A fala do fogo
da Cobra Grande.
Boiuna,
acalanto dos meninos insones
dissolvida na espuma
das águas
quando o sol se antecipa
e golpeia a lua
cheia
na volta da madrugada.

Pedro Tierra – Poeta da Liberdade.

PARA ACABAR COM A FOME E RECONSTRUIR O BRASIL, É PRECISO UMA REFORMA TRIBUTÁRIA QUE TAXE OS SUPER-RICOS

Cleiton dos Santos

Foto: divulgação/ Domingos Peixoto

É estarrecedora e inaceitável para o país a denúncia contida na *Pandora Papers* de que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, dois dos três integrantes do Conselho Monetário Nacional (CMN), mantêm contas sigilosas em paraísos fiscais, por meio das quais obtêm lucros milionários com a alta do dólar – alta que eles provocam com sua desastrosa antipolítica econômica.

Assim como também provocam grande indignação as imagens recentes de brasileiros famintos disputando restos de pelanca e de ossos descartados por açougues e frigoríficos. São dois fatos chocantes, que na verdade constituem duas faces da mesma moeda. São espelhos de um governo que está meticulosamente destruindo o país. E ao mesmo tempo explicam por que o Brasil é uma das dez nações com maior desigualdade em todo o planeta.

O Brasil, que em 2014 chegou a deixar o Mapa da Fome da ONU em razão de uma série de políticas de inclusão social, volta a rolar ladeira abaixo. No final do ano passado, 19 milhões de brasileiros haviam retornado à situação de fome, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan). Quase o dobro de famintos registrados em 2018.

Esse número certamente crescerá com o descalabro da falta de política econômica e como resultado das reformas neoliberais implementadas por Temer e Bolsonaro a partir do golpe de 2016, entre elas a trabalhista e a previdenciária, que aniquilaram direitos dos trabalhadores.

Pelos últimos dados divulgados pelo IBGE, o Brasil tem 14,4 milhões de desempregados (14,1% da força de trabalho), 5,6 milhões de desalentados e 32,2 milhões de subempregados. Estão na informalidade 40,6% da população ocupada. E dos que têm emprego formal, nos últimos 12 meses o rendimento médio caiu 6,6%.

No outro Brasil, os ricos estão cada vez mais ricos, com 1% da população abocanhando 49,6% de toda a riqueza. Somente em 2021, segundo a revista Forbes, o Brasil produziu 42 novos bilionários. Agora são 315 bilionários brasileiros, com patrimônio conjunto de R$ 1,9 trilhão, o equivalente a um quarto do PIB do país (R$ 7,5 tri).

Mas o governo Bolsonaro/Guedes não está satisfeito com esse abismo de desigualdade. Tentou sem sucesso implementar uma nova reforma trabalhista que retirava mais direitos dos que vivem de salário. E agora joga todos os esforços para emplacar no Congresso Nacional uma "reforma" tributária desengonçada e fragmentada (PEC 45 na Câmara e PEC 110 no Senado) e uma reforma administrativa (PEC 32 na Câmara) que vão na mesma lógica ultraliberal de redução do papel do Estado, de privatização e cortes de recursos para as políticas públicas sociais. Ou seja, que visam enriquecer os ricos e empobrecer mais os pobres.

Como parte da reforma tributária, foi aprovada pela Câmara no início de setembro o PL 2337/2021, que muda as regras do Imposto de Renda e traz riscos para o SUS (que pode ficar sem medicamentos para tratamento de doenças como câncer, e o projeto ainda tem potencial para acabar com o Farmácia Popular) e vai prejudicar Estados e municípios. O projeto agora vai ao Senado.

Para voltar a crescer, criar empregos e renda, entre outras políticas de desenvolvimento e inclusão, o Brasil precisa fazer uma reforma tributária de verdade, que acabe com as distorções e passe a taxar a renda, em vez do consumo. Vivemos num país onde são os mais ricos que reclamam dos impostos, mas quem paga mais são os pobres. É preciso inverter essa lógica.

Por isso a Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) apoia a campanha "Tributar os super-ricos para reconstruir o Brasil", lançada pelo Instituto de Justiça Fiscal (IJF), juntamente com Instituto Lula, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e outras 70 entidades.

A campanha gira em torno de 8 propostas de leis tributárias que isentam os mais pobres e as pequenas empresas, fortalecem estados e municípios, geram acréscimo na arrecadação, estimado em R$ 300 bilhões, e incidem sobre as altas rendas e o grande patrimônio, onerando apenas os 0,3% mais ricos, que são apenas 600 mil pessoas. Conheça o projeto no site www.ijf.org.br.

As propostas para alcançar esse montante foram apresentadas ao Congresso Nacional em agosto de 2020, mas foram engavetadas pelos presidentes da Câmara e do Senado.

Essa é uma pauta permanente para colocar o Brasil novamente na rota do crescimento econômico com distribuição de renda. Para agora, ou para o próximo governo.

FETEC CUT Centro Norte

Cleiton dos Santos – Presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN)

AMAZÔNIA NA COP-26: A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA INVERTIDA

Gilney Viana

Foto: divulgação/ André Dib

A Amazônia brasileira é o exemplo mais radical de transição climática invertida, isto é, parte de uma condição de baixa emissão para uma condição de alta emissão de CO^2e, quando todos ao países do mundo lutam para transitar da condição de alta para a de baixa emissão de CO^2e.

É fácil de entender: a Floresta Amazônica em seu clímax equilibra as emissões e as remoções de CO^2 e encerra um gigantesco estoque de carbono vivo que deliberadamente está sendo liberado para a atmosfera, por desmatamentos e queimadas. E o que é mais perverso, onde existia floresta, que retinha carbono, passa a existir pecuária extensiva, que emite metano (CH^4), e agricultura industrial, que emite uma variedade de gases do efeito estufa.

Esta transição invertida tem impactos ecológicos no Brasil e no mundo e assim será entendida na Conferência da Convenção sobre Mudança do Clima, em Glasgow, Escócia (COP-26), em novembro de 2021.

A conversão da Floresta Amazônica em pastagens e em agricultura industrial foi um dos eixos centrais do processo de desenvolvimento alavancado pela ditadura militar instaurada em 1964. Esse processo não foi contido nem pelas críticas de genocídio contra os povos indígenas e devastação ambiental nem pela restauração do estado democrático de direito com o pacto social representado pela Constituição Federal de 1988, embora convivendo, desde então, com a demarcação de grandes extensões de terras indígenas e de unidades de conservação.

Essa prática persiste mesmo após o Brasil pactuar os Acordos de Paris, em 2015, em que se obriga a reduzir suas emissões de CO^2e, tendo 2005 como ano base de referência. É o que o Mapbiomas Brasil (mapiomas.org) nos revela, após sistemática leitura das imagens de satélite. De 2005 a 2020 foram convertidos 14,5 milhões de hectares de formações florestais naturais (e ainda meio milhão de hectares de formação natural não florestal, tipo campestre), em 15,1 milhões de hectares da agropecuária, sendo 8,3 milhões destinados às pastagens e 6,8 milhões à agricultura.

Este mesmo processo pode ser observado pela leitura da série histórica das emissões de CO^2e por setores pela Amazônia Legal e pelo Brasil, seguindo a metodologia e a métrica estabelecida pelo Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (CO^2e GWP – AR5, IPCC, sigla em inglês), sintetizado nos dados de 2005 e 2019 do quadro abaixo, que merece algumas observações.

SETOR	AL 2005	AL - 2019	Inc.	BRASIL-2005	BRASIL-2019	Inc.
Energia	32.016.037	451.584.975	536.150.588	598.672.052	413.673.633	96.016.318
Agropecuária	171.016.037	1.324.959.845	1.615.699.773	968.055.554	598.672.052	62.521.464
Proc. Industriais	2.590.698	289.823.760	317.657.315	413.673.633	99.974.466	19.480.812
Resíduos	7.328.881	74.133.206	80.493.654	99.074.466	96.155.225	26.078.746
Mudança do Uso do Solo e Floresta	1.330.853.276	58.212.090	70.076.479	96.155.225	968.055.554	647.644.219
TOTAL	1.543.804.929	2.198.713.876	2.620.077.809	2.175.630.930	2.175.630.930	444.446.879

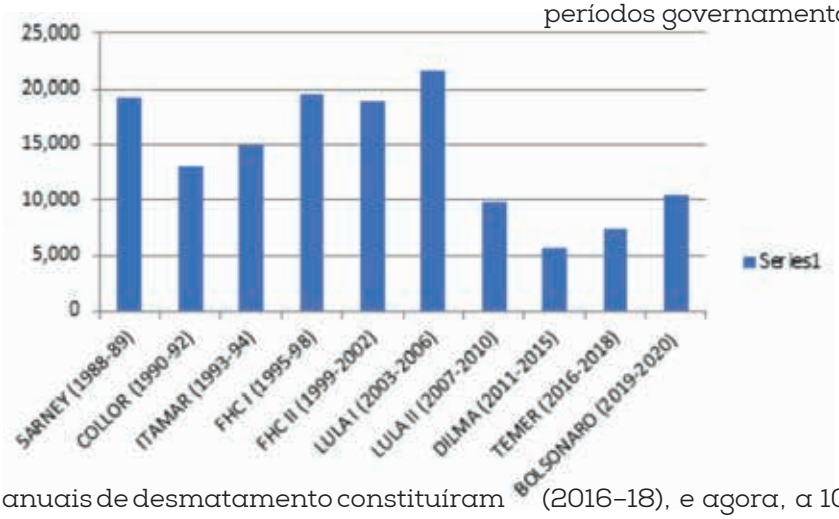
Fonte: SEEG. https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission

Primeiro: o Setor de Mudança do Uso do Solo e Floresta é o único setor que contribuiu para a redução das emissões totais, seja da Amazônia Legal, seja do Brasil, não obstante a conversão de 14,5 milhões de hectares de Floresta Natural. Explica-se, converteu-se menos floresta natural neste período do que no período anterior.

Segundo: o Setor da Agropecuária aumentou suas emissões em números absolutos e relativos, passando de 11,1% para 23,1% do total emitido pela Amazônia Legal e de 20,5% para 27,5% do total emitido pelo Brasil. Parece uma tendência.

Terceiro: somados, os setores Mudança do Uso do Solo e Floresta e Agropecuária – que constituem o chamado Agronegócio – perfazem 97,4% em 2005 e 94,1% em 2019 das emissões da Amazônia Legal; e do Brasil, 82,2% em 2005 e 72% em 2019.

Finalmente, uma breve leitura da série histórica de desmatamento anual da Amazônia produzida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), reelaborada pelo autor por médias anuais dos períodos governamentais do Brasil a partir de 1988.



Altas taxas anuais de desmatamento constituíram a marca da implantação do agronegócio na Amazônia Legal. Demorou-se 24 anos para reduzi-la a menos de 10.000 km2 em 2009, e a uma média anual de 9.756 km2 no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), que herdou uma política de ampliação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação e ampliou estas, em combinação com políticas efetivas de comando e controle para fiscalizar e monitorar o desmatamento legal e combater o desmatamento ilegal; tão efetivas que, continuadas no governo Dilma Rousseff, reduziram a média anual a 5.620 km2 (2011–15).

Desde então, a tendência se inverteu, a média anual se elevou a 7.459 km2 no governo Michel Temer (2016–18), e agora, a 10.490 km2, nos dois primeiros anos do governo civil-militar de Jair Bolsonaro (2019–20), com provável elevação das emissões de CO^2e e possível não cumprimento das metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris (2015).

Acendeu a luz vermelha para a Floresta Amazônica, que arde em chamas tão altas e potentes que certamente poderão ser vistas desde qualquer parte da Terra.

Gilney Viana – Professor colaborador do Núcleo de Estudos Amazônicos/CEAM da UnB

AI DE TI, HAITI, SANGRADO CORAÇÃO

José Ribamar Bessa Freire

Foto: divulgação

Se o mundo é um vale de lágrimas, o Haiti é, certamente, o cantinho mais irrigado deste vale.
René Depestre

Eles fizeram uma longa fila e foram embarcando, um a um, no navio chamado "Sagrado Coração de Jesus", que zarpou de Tabatinga (AM) para Manaus no sábado, 21 de janeiro. Os passageiros, na realidade, não sabiam direito de quem era aquele coração: de Jesus ou de Maria? Desconfiavam que era de Maria. Com todo o respeito ao calvário do filho, só um coração sangrado de mãe – onde sempre cabe mais um – pode abrigar mais de 400 haitianos com tantos sonhos, sofrimentos, dor, medo.

O medo dentro do barco-coração que descia o rio Solimões era "o medo da fatalidade que sempre acompanhou o Haiti". Quem diz isso é um amigo chileno, Fred Spinoza, professor de espanhol em Tabatinga, que testemunhou a passagem dramática dos haitianos pelo Alto Solimões, ameaçados de se tornarem um *boat people* – refugiados que ninguém quer receber e que, sem chão onde pisar, transformam o barco em sua nova pátria e ficam, à deriva, vivendo na terceira margem do rio.

Fred, poeta como qualquer chileno – todo chileno verseja – me enviou trechos do *Navio Negreiro* de Castro Alves para ilustrar o cenário daqueles haitianos amontoados em redes armadas umas sobre as outras. No domingo passado, ele me cantou o roteiro do motor da linha: "O Sagrado Coração, que saiu ontem daqui, deve passar hoje por Fonte Boa, amanhã por Coari, e chegar no Roadway, em Manaus, na terça, dia 24". Manifestou preocupação quanto à recepção aos *hermanos* haitianos em Manaus.

SANGRADO CORAÇÃO

Manaus, nascida de um parto sangrento, é filha de um crime e de um roubo, cometidos em 1669 por militares portugueses. Tropas armadas invadiram e saquearam a aldeia dos Manaú, mataram muitos índios, escravizaram outros e usurparam suas terras. Seu comandante, Francisco da Mota Falcão, construiu ali, bem em cima do cemitério indígena, o Forte de São José do Rio Negro, usando a mão de obra de índios escravizados e, como matéria-prima, o barro das urnas funerárias quebradas e violadas. Portanto, foi a pilhagem colonial que pariu Manaus.

Por isso, talvez, Manaus sabe ser impiedosa, cruel. Mas sabe também ser generosa, como mostra o outro lado de sua história. Muitas vítimas do terremoto de Lisboa, de 1755, foram acolhidas pela cidade já mestiça, que lhes deu teto, trabalho, comida. Na época da borracha, entre 1877 e 1914, mais de 500 mil nordestinos, fugindo da seca, migraram para a Amazônia, muitos deles armaram suas redes aqui. Com eles chegaram sírios, libaneses, espanhóis, judeus, árabes, palestinos, japoneses, espanhóis e nova leva pacífica de portugueses. Recentemente, a Zona Franca trouxe os sulistas.

Dessa forma, a cidade foi se construindo sobre os alicerces da diversidade, com trabalho, sangue e suor dos estrangeiros que souberam muito bem se integrar à sociedade de base índia. Era tudo gente de paz. Como o portuga José Ventura – o Comandante Ventura – que em 1961 morreu para nos salvar. Manaus não tinha como combater incêndios. Ele criou em 1952 o Corpo de Bombeiros Voluntários. Faleceu quando combatia um incêndio que consumia vorazmente a periferia da cidade, como nos lembra pesquisa histórica realizada por Roberto Mendonça.

Outro portuga que ama a cidade e ajudou a construí-la é o dono do bar da Bica, o Armando, o mais caboco de todos os portugas, que está nesse momento, aos 75 anos, numa UTI de um hospital manauara com uma infecção pulmonar. Armando e o comandante Ventura fizeram mais por Manaus do que o belicoso Francisco da Mota Falcão, Pedro Teixeira e todo o exército colonial. Jornais lusos editados nessa época no Amazonas, estudados pelo historiador Geraldo Sá Peixoto Pinheiro, estão nos revelando muito sobre essa migração.

ÁGUA NO FEIJÃO

Os haitianos que chegaram agora vieram também em missão de paz, de trabalho, mas foram recebidos à bala com um grito de "nós não queremos vocês aqui". O governador do Amazonas [hoje senador], Omar Aziz (PSD), filho de um imigrante palestino que se mudou para Manaus em 1968, debochou, sugerindo que o governo federal os abrigasse em Brasília, "em apartamentos de deputados federais", conforme matéria publicada pela *Folha de São Paulo* assinada pela correspondente Kátia Brasil.

Pra puxar o saco do governador, a colunista social Mazé Mourão atacou os haitianos, chamando-os de "abusados". Num texto boçal, reclamou que eles estão tomando conta dos empregos nas fábricas do Distrito Industrial e "como não sabem falar a nossa língua, trabalham caladinhos e até passam da hora sem cobrar nada". Preocupada exclusivamente com o quintal de sua casa, sugere: "Por que os haitianos não ficam em Tabatinga ou vão povoar outros municípios do Amazonas?". Conclui: *"Sorry, sorry e sorry,* o Haiti definitivamente não é aqui".

Que me perdoem os ouvidos pudibundos, mas esse é o lado escroto de Manaus, o lado "farinha pouca meu pirão primeiro". A colunista social alega que "se nós não conseguimos resolver os nossos problemas, que dirá de quem chega e toma de assalto esta Manaus de Mil Contrastes". É como se ela dissesse, em 1919, ao Comandante Ventura e às centenas de portugas que com ele vieram: "Não podemos receber vocês, porque temos muitos problemas, não temos sequer um Corpo de Bombeiros Municipais" ...E olha que nesse momento naufragava a economia da borracha, com centenas de mendigos espalhados pelas ruas da capital.

Felizmente, o outro lado, generoso e solidário, o lado "água no feijão que chegou mais um" se manifestou imediatamente. Dezenas de leitores ocuparam as redes sociais apoiando artigos que se solidarizaram com os haitianos e lhes deram as boas-vindas. Três deles merecem destaque.

Allan Gomes, com base no processo histórico da Amazônia, sustentou que "a imigração haitiana não deve ser vista como um problema, mas como parte da solução". Da mesma forma que Manaus não podia apagar um incêndio porque carecia de bombeiros e foi salva pela migração lusa, assim também os haitianos podem contribuir para melhorar a cidade, se formos capazes de organizar e planejar a estadia deles aqui.

Alberto Jorge, coordenador geral da CARMA – Coordenação Amazônica da Religião de Matriz Africana e Ameríndia – confessa que teve ânsias de vomitar quando leu o texto de Mazé "que destila ódio e desprezo, é preconceituoso, asqueroso em todos os sentidos". E Ismael Benigno considerou que a reação dela mais parece "um chilique da socialite Narcisa Tamborindeguy contra os pobres do que uma tentativa de entender o problema que ainda vamos ter".

De qualquer forma, se o artigo tem algum mérito é o de desencadear um debate, permitindo revelar a xenofobia e a intolerância que trazemos dentro de todos nós, mas também a solidariedade

Foto: divulgação

com os refugiados. Quem sofreu o exílio, por razões políticas, econômicas ou sociais, sabe a importância dessa acolhida. É evidente que a questão é complexa, é claro que precisamos organizar uma intervenção de forma mais planejada, mas sem preconceitos, como o de um leitor de Mazé Mourão, que se referiu depreciativamente à religião dos haitianos e à magia negra.

Se a colunista social não pedir desculpas, publicamente, nós, os que ficamos chocados com seu texto – *sorry, sorry, sorry* – acamparemos com os haitianos no quintal da casa dela. Faremos um trabalho de magia negra para transformá-la em um ser inteligente, sensível e solidário. Se bem que suspeito não existir magia capaz de dar jeito nisso. Mas a gente tenta. .

José Ribamar Bessa Freire. – Professor. Cronista. Escritor.

NOTA DA REDAÇÃO: Esta crônica foi publicada pelo professor José Ribamar Bessa Freire em seu blog www.taquiprati.com.br em 29 de janeiro. Tendo em vista o açoite de imigrantes por soldados norte-americanos montados em cavalos na fronteira do México e as exigências inexequíveis do governo brasileiro para receber imigrantes do Afeganistão, este é um dos textos que vale a pena ler de novo. Continua valendo como posicionamento político e como reflexão.

DEPOIS DA PANDEMIA

Olga Tessari

Aos poucos, estamos retomando a nossa vida, saindo de casa, voltando às atividades ditas "normais e comuns" do nosso dia a dia. O medo de nos contaminarmos com o vírus da Covid-19 ainda está presente, uma vez que precisamos usar máscaras, mantermos o distanciamento e evitarmos quaisquer aglomerações.

E é muito bom sentirmos esse medo, uma vez que ele nos protege e, graças a ele, evitamos mais problemas e sofrimento, tanto em nossa vida como na vida de nossos familiares e amigos.

Afinal, cada pessoa reage de uma maneira totalmente diferente à contaminação e, nesse sentido, é melhor continuarmos cultivando esse medo, sem deixar que ele nos paralise!

Muitas pessoas estão felizes em, finalmente, poderem passar mais tempo fora de casa: a forma compulsória de convivência forçada com determinados familiares que foi imposta a todos, sem sequer ter a chance de poder escolher ou não conviver com eles no mesmo espaço.

Estar com eles no dia a dia durante esse longo período crítico da pandemia pode ter colaborado para um grande estresse! Família a gente não escolhe e certamente sempre há alguns familiares que não costumam ser boas companhias!

CONFLITOS EMERGEM

Antes da pandemia, a convivência com determinadas pessoas dentro de casa podia ser evitada, uma vez que era possível passar longos períodos do dia fora dela, voltando para casa somente para comer ou dormir!

Mas a pandemia impediu isso e, assim, muitos conflitos vieram à tona, provocando discussões, brigas, mal-estar dentro de casa.

Tanto é que muitos casais acabaram se separando em plena pandemia, muitos pais e filhos tiveram muitos embates e muitas famílias foram literalmente destruídas não só pela péssima convivência entre si, mas também pela morte de entes queridos.

O luto pela perda, que é vivido de forma diferente por cada pessoa, e a perda de pessoas importantes na família podem ter causado uma reviravolta na dinâmica familiar, o que colaborou ainda mais para os conflitos, causando brigas pela posse dos bens dos falecidos.

Agora que a pandemia está sendo controlada e que a vida parece estar voltando ao normal, o que pudemos aprender com tudo isso que vivemos ao longo desse confinamento compulsório?

Se, por um lado, todos sofremos com as limitações impostas pela pandemia e muitos de nós tivemos conflitos com algumas pessoas da família, por outro lado essa convivência também pode ter colaborado para um aprendizado de como se relacionar pacificamente com os membros da família dentro de casa.

Pudemos aprender que as pessoas são como são, que elas só mudam a sua forma de ser, pensar e agir se elas quiserem – e certamente, elas gostam de ser como são e cabe a nós aprendermos a lidar com elas sem sofrimento. Irritar-se com os outros só traz problemas e sofrimento para si mesmo!

Aqueles que conseguiram entender que é necessário aceitar as pessoas como são e usufruir o que elas tem de bom para compartilhar conosco sairão ganhando com o fim da pandemia porque evitarão conflitos, discussões à toa e poderão viver e conviver mais e melhor com todos.

Olga Tessari – Psicóloga, em www.avosidade.com.br

Foto: divulgação

15 ANOS DA MORATÓRIA DA SOJA:

A MÁGICA DE DADOS QUE FEZ O AGRONEGÓCIO CRESCER E A FLORESTA DESAPARECER

Terra de Direitos/Amazônia Real

Os índices alarmantes de desmatamento associado à produção de soja na região amazônica no início dos anos 2000 impulsionaram a pressão nacional e internacional para o estabelecimento de regras que garantissem uma produção mais sustentável.

Com a promessa de reduzir o desmatamento na Amazônia ao não comercializar soja produzida em áreas desmatadas, a Moratória da Soja – que completa agora 15 anos – nos revela os limites de um acordo dos quais as companhias se valem das deficiências na fiscalização ambiental para manter uma oportuna narrativa de "empresa sustentável", o já famoso *greenwashing*.

A primeira versão do pacto foi firmada em 24 de julho de 2006 entre empresas ligadas à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e à Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (ANEC). A moratória traz como regra fundamental a não aquisição de soja produzida em áreas desmatadas a partir de 2006 por empresas associadas à ABIOVE e à ANEC.

Em 2008, o Ministério do Meio Ambiente passou a compor a fiscalização das propriedades de soja via moratória, mas sem trazer um vínculo de responsabilização legal e efetiva ao pacto empresarial.

A data de início do pacto foi logo revista e passou a considerar o controle sobre áreas desmatadas a partir de 2008, em consonância com o Código Florestal de 2012, que garantiu anistia aos desmatadores de vegetação nativa retirada antes de 22 de julho de 2008.

A regra, apesar de parecer simples e concisa, esconde uma série de flexibilizações e rearranjos que deram à moratória o caráter mágico de fazer

avançar o agronegócio sobre as florestas e ainda garantir a marca de sustentabilidade às empresas.

Passados 15 anos, os dados alarmantes de aumento do desmatamento na Amazônia, a instalação de empreendimentos violadores de direitos que garantiriam estrutura para a produção e escoamento dos grãos (como os portos da Cargill em Santarém e em Itaituba, no Pará) e a franca expansão da monocultura da soja põem em xeque a sustentabilidade deste acordo.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que, em 2006, a Amazônia sofria uma média mensal de cerca de 110 mil hectares desmatados.

Em 2020, os índices de desmatamento ainda foram superiores a 85 mil hectares. De acordo com a ABIOVE, entre julho de 2008 e 2020 foram constatados 88.234 hectares de plantio de soja em desflorestamentos realizados na Amazônia.

O maior aumento foi registrado na última safra, em que 64.316 hectares de floresta foram perdidos. No período monitorado pela ABIOVE, o Mato Grosso teve a maior participação no plantio de soja em áreas em desacordo com a moratória (77%), seguido do Pará (14,5%).

Em 2021 foram identificados 108 mil hectares de lavouras de soja em não conformidade com a moratória, que representam 2% de toda a área de soja cultivada no bioma Amazônia na safra 2019/20. De acordo com a ABIOVE, as propriedades identificadas em não conformidade recebem sansões comerciais, sendo impedidas de comercializar sua produção com as empresas signatárias da moratória.

A sustentabilidade associada às empresas signatárias do pacto também pode ser questionada ao olharmos mais de perto suas ações. Em 2008, no período considerado para a moratória, a Cargill já operava há cinco anos a sua primeira Estação de Transbordo de Cargas da Amazônia, em Santarém (PA).

O empreendimento portuário já havia impulsionado a abertura de plantios de soja no eixo da BR-163 que liga Santarém a Cuiabá (MT). A operação da empresa começou, inclusive, sem a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental.

O estudo *Sem licença para destruição: Cargill e violação de direitos no Tapajós* revela como a chegada da multinacional impulsionou a produção de soja na região e mostra como os impactos ambientais acumulados vão para muito além do desmatamento. Até hoje, a empresa negocia soja de invasores de terras indígenas e territórios quilombolas nos municípios da BR-163, como mencionado em reportagens em mídias especializadas.

Os dados considerados para verificação da conformidade ou não das propriedades produtoras também é questionável. A partir de dados do PRODES/INPE, a ABIOVE e a ANEC fizeram relatórios anuais acionando critérios próprios de monitoramento de propriedades em 95 municípios da Amazônia para verificar o cumprimento da moratória através de Agrosatélite.

Os polígonos selecionados ano após ano foram alterados, sendo que nos primeiros anos a ABIOVE não verificava imóveis abaixo de 100 hectares, reduzindo esse parâmetro para 25 hectares nos últimos relatórios. Além disso, a Associação das Indústrias de Óleo Vegetal também não verificava inicialmente campos de soja abertos em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Assentamentos.

Apesar de ter agora se proposto a monitorar essas áreas, o monitoramento feito pela ABIOVE ainda abre brechas para a produção de soja nesses locais, já que Terras Indígenas ainda não demarcadas – cuja demora no processo muitas vezes está relacionada à pressão feita por sojeiros – ficam fora dessa fiscalização.

A ABIOVE reconhece o desmatamento, mas informa que as áreas desmatadas não chegam em sua maioria a serem convertidas em campos de soja. Ou seja: o "pouco" que escapa à moratória demonstraria que essa foi uma ferramenta importante. Mas esse "pouco" representa milhares de hectares desmatados e impactos socioambientais relevantes.

O que não fica calculado dentre tantos instrumentos de monitoramento é que, apesar do principal vetor do desmatamento ser a pecuária, essas áreas de pasto são paulatinamente convertidas em campos de soja. Portanto, a alteração evidente da paisagem do eixo da BR-163, um dos principais corredores da soja no Brasil, se dá pela ampliação dos campos de soja sobre passivos ambientais das pastagens e ainda pelo fracionamento das propriedades que passam ao crivo da ABIOVE.

A rastreabilidade da soja não pode depender unicamente do monitoramento das empresas, ainda que acionem instrumentos de georreferenciamento com precisão e sistema de sanção empresarial. É nítido que a soja como *commoditie*, assim com a carne, deve ter regulamentação estatal definida. Sem isso, acordos como a Moratória da Soja não passarão de mecanismos que impulsionam uma imagem ambientalmente amigável às empresas que contribuem para a exploração da Amazônia.

Nota: Este artigo, de autoria da equipe da Terra de Direitos (**https://terradedireitos.org.br/**), Organização de Direitos Humanos, com escritórios em Santarém (PA), Brasília (DF) e Curitiba (PR), foi publicado originalmente no site da Amazônia Real (**https://amazoniareal.com.br/**).

15 de outubro - dia do professor

ESPERANÇAR

Sempre!

Cabe a nós, professores e professoras, refletir sobre a educação que queremos, a sociedade que almejamos e nosso papel nessa construção. E cabe também refletir sobre o governo que pode proporcionar esse cenário. Que neste 15 de outubro, Dia dos Professores e das Professoras, possamos promover essa reflexão e que, acima de tudo, tenhamos a certeza de que a educação que conscientiza é sempre a saída e que o professor que esperança nunca é entrave!

SINPRO DF
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
Filiado: CUT CNTE ®
42 ANOS
Não se pode falar de educação sem amor!

Foto: divugação/ Joedson Alves

PALAVRAS ESCRITAS SOBRE O MAL DA MALÁRIA

O que sentimos quando começamos a ficar doentes da malária?
Nós ficamos com febre alta.
Nós temos sensação de frio.
Nós temos tremores.
Nós sentimos dor na região lombar.
Nós sentimos dor nas pernas.
Nós sentimos dores musculares por todo o corpo.
Nós sentimos fraqueza.
Nós sentimos dor abdominal.
Nós sentimos enjoo.
Nós temos vontade de vomitar.
Nós temos o baço aumentado.
Nossa face fica pálida porque ficamos quase sem sangue.

DE QUE MAL AS PESSOAS ADOECEM QUANDO ESTÃO COM MALÁRIA?

Depois que os brancos invadiram a floresta, a malária se propagou por toda parte. No sague desses brancos há pequenos ovos de malária. Os médicos conhecem esses pequenos ovos de malária, assim, os chamam de plasmodium. Quando os mosquitos da floresta sugam o sangue dos brancos, eles vão picar os Yanomami. É assim que os pequenos ovos da malária penetram por sua vez no sangue dos Yanomami. Existem dois tipos de malária:

FALCIPARUM, cujo poder é muito perigoso e faz os Yanomami realmente morrerem.

VIVAX, cujo poder é menos perigoso e faz os Yanomami terem crises repetidas de malária.

QUANDO ESTAMOS COM MALÁRIA, O QUE FAZER?

Quando reconhecemos no microscópio os ovos da malária, nós tomamos logo os comprimidos contra a malária. Somente tomando o remédio direito é que vamos nos curar. Se todos os ovos da malária não morreram e nós paramos de tomar o remédio, a doença não vai acabar, ela volta rapidamente a nos atacar. Quando não havia brancos, os nossos antepassados curavam-se da malária com cascas da floresta. Esses remédios contra malária que usavam os nossos antepassados, continuamos também a usar para nos curar, ainda os guardamos em nosso pensamento.

O QUE DEVEMOS FAZER PARA NÃO PEGAR MALÁRIA?

Quando as pessoas ficam com malária sem parar, nós borrifamos nossas malocas para que os mosquitos morram e que, assim, eles não nos inoculem ovos de malária. Lá onde tem garimpeiro existe muita malária perigosa, por isso nós queremos que sejam mandados de volta para onde moram os outros brancos. Quando vamos até lá onde os garimpeiros estão trabalhando, nós ficamos contaminados facilmente. Por isso, quando somos espertos, nós não vamos lá. Até às malocas dos outros que estão com malária, nós também não vamos para não sermos contaminados.

Fonte: *Palavras escritas para nos curar.* Escola dos Watoriki theri pe. MEC/SEF/CCPY, 1993.

MOSQUIRIX: VACINA CONTRA A MALÁRIA!

Antônio Carlos Queiroz – ACQ

A Organização Mundial da Saúde acaba de aprovar (no dia 6 de outubro) a vacina contra a malária. A Mosquirix, um imunizante à base de proteína.

O fato é histórico, pelo fato de a malária ser uma doença que atinge principalmente as populações pobres do planeta.

Mais de 500 mil pessoas todo ano, 260 mil das quais crianças de menos cinco anos na África Subsaariana.

A vacina, desenvolvida pela GlaxoSmithKline, imuniza crianças conta o parasita Plasmodium falciparum, o mais letal dos cinco patógenos que predominam na África.

Nos testes clínicos, a vacina se mostrou eficaz em 50% dos casos severos da doença, caindo para zero no quarto ano, determinando, portanto, a necessidade de doses de reforço.

Antônio Carlos Queiroz – Jornalista.

JANIS JOPLIN:

UM PONTO FORA DA CURVA

Zezé Weiss

Janis Joplin em visita ao Brasil (1970) - Brazilian National Archives/ Domínio Público, via Wikimedia Commons

Janis Lyn Joplin revolucionou a história do Rock. Virou musa. Cantora, compositora e multi-instrumentista, foi a rainha do Rock and Roll dos anos 1960 e a maior cantora de blues and soul da sua geração. Virou musa. Virou ícone. Virou lenda.

Nascida em 1943, era de Port Arthur, no Texas, de família conservadora, tradicional, religiosa. Por imposição da família, passou a infância e a adolescência cantando no coro da igreja local, enquanto ouvia os blues de Bessie Smith, Leadbelly e Big Mama Thornton às escondidas.

Na Universidade era obesa, tinha acne, desenvolveu bulimia e depressão. Passou a se vestir como os poetas da geração beat. Desistiu da faculdade. Mudou-se para San Francisco, na Califórnia. começou a trabalhar como cantora de *folk* em boates. Virou artista.

Polêmica, controversa, era libertária, defendia o amor livre e o movimento negro. Assumiu-se bissexual. Conheceu David George Niehaus no Rio de Janeiro, morou com o artista por dois anos. O romance acabou porque teve um caso com a ex-namorada dele, Cassandra.

De voz potente e ao mesmo tempo suave, cantava em bares, cafés e em festivais, como no Festival Pop de Monterey, para 200 mil pessoas, e no lendário Festival de Woodstock, onde cantou para um público de 400 mil. Amava o blues e o jazz e se dizia influenciada por Aretha Franklin, Billie Holiday, Etta James, Big Mama Thornton, Odetta, Leadbelly e Bessie Smith.

Lançou três álbuns em vida: *Big Brother and the Holding Company* (1967), *Cheap Thrills* (1968), *I Got Dem Ol' Kozmic Blues Again Mama* (1969) e um, *Pearl* (1971), o último com sua participação direta, foi lançado depois de sua morte. Tornou-se uma das 100 personalidades artísticas de todos os tempos, segundo a Rolling Stone.

Bebeu muito, fumou muito, viciou-se em heroína. Tentou o suicídio várias vezes. Curou-se por uns tempos. Teve recaídas. Partiu deste nosso mundo em um hotel de Los Angeles, aos 27 anos, no dia 4 de outubro de 1970, no auge do sucesso. *Causa Mortis:* overdose de álcool e heroína.

Janis Joplin é dessas pessoas que, como diria o sabido do Guimarães Rosa, jamais morrerá, apenas vai ficando encantada porque, mesmo para a geração revolucionária de 1968, foi ousada, foi rebelde, foi um ponto fora da curva.

Zezé Weiss
Jornalista. Editora da Revista Xapuri.
@zezeweiss

SOS SERVIÇO PÚBLICO

O MAIOR PREJUDICADO É VOCÊ!

DIGA NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA

O governo diz que a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) vai trazer modernidade ao setor público. Mas a verdade é uma só: essa proposta que tramita no Congresso Nacional é um retrocesso que pretende retirar da população o acesso gratuito à escola pública, à saúde pública, à assistência social e ainda abrir brechas para a corrupção na contratação de novos servidores.

Ainda dá tempo de impedir essa tragédia. Pressione deputados/as pelo site:

www.napressao.org.br

CNTE® Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Brasil
www.cnte.org.br
Filiada à CUT BRASIL
Internacional da Educação
CEA
FNPE Fórum Nacional Popular de Educação

XAPURI
CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEM COM A GENTE!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **210**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **270**,00 24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! **WWW.XAPURI.INFO/ASSINE**